

Estou seguro das possibilidades reais de cooperação económica entre os "Cinco"

● Pinto da Costa em entrevista à informação moçambicana

Por Joaquim Salvador (texto)
e Kok Nam (fotos)

O Presidente de São Tomé e Príncipe e do MLSTP, Dr. Manuel Pinto da Costa, terminou a sua visita de trabalho a Moçambique na manhã de quinta-feira da semana passada.

Numa entrevista concedida na noite de quarta-feira à informação nacional, a revista «Tempo» colocou algumas questões de carácter económico no que se refere a São Tomé e Príncipe, à estrutura económica daquele país em termos de mercado mundial e às relações de cooperação que existem e podem vir a existir entre os «cinco» países africanos de língua oficial portuguesa e que passamos a reproduzir.

Dr. Manuel Pinto da Costa à informação moçambicana: «O que se faz no norte ou no sul, no leste ou no oeste, não é mais nada se não o resultado da acumulação da experiência da humanidade»



P — Recentemente, o Conselho de Ministros de São Tomé e Príncipe adoptou medidas de política económica visando particularmente os sectores do comércio, agricultura, pecuária, pesca artesanal e outras. Pode referir-se aos fundamentos gerais destas medidas

no contexto específico da estruturação da economia do país? Por outro lado, gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse como se reflecte no caso do comércio privado a possibilidade de alguns comerciantes disporem de «plafonds» de divisas para a importação di-

recta do exterior de alguns produtos sem a intervenção do intermediário estatal?

R — As decisões foram tomadas pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e nós sabemos que, após a tomada dessas medidas, houve uma série

de propaganda nos meios de comunicação social de que o nosso país se havia virado para o Ocidente (para já, para que se virasse para o Ocidente, era preciso que estivesse no Oriente) o que não é o facto, porque, desde 1975 todas as medidas que são tomadas em São Tomé e Príncipe são na base das orientações do MLSTP, que é o partido de vanguarda do nosso Povo e que tem em conta os interesses reais do Povo de São Tomé e Príncipe. Se as acções que são tomadas têm alguma semelhança com outras que se assemelham às nossas, trata-se de uma simples coincidência. O que se faz no norte ou no sul, no leste ou no oeste, não é mais nada senão o resultado da acumulação da experiência da humanidade e que não é apanágio ou atributo deste ou daquele Povo, mas de toda a gente, de todos quantos acharem que essa experiência da humanidade possa ser benéfica para solucionar um problema seu.

Nós temos quase dez anos de independência. Num discurso em 12 de Julho de 1984, nós dizíamos que São Tomé e Príncipe, estava no nono ano de independência e ia passar para o seu décimo ano de independência. Ou seja, estávamos na nona classe e íamos passar para a décima classe, não tínhamos entrado ainda sequer para a universidade. Temos, portanto, a consciência de que todo esse processo desencadeado antes e depois da independência pela libertação real do nosso Povo é muito longo e difícil. À medida que vamos colhendo e adquirindo experiências, resultantes de concretizações dessas orientações do nosso partido, à medida que vamos fazendo realizações em benefício do nosso Povo, vamos tendo uma imagem mais perfeita e concreta de como se deve fazer para se avançar e atingir os nossos objectivos. É claro que, pontualmente, se acharmos que no nosso processo se tornam necessárias algumas correcções, nós faremos essas correcções. Estas são feitas hoje, daqui a dez anos, a vinte ou a cem anos numa série permanente de



Aspecto da última sessão de conversações entre as duas delegações, com o Ministro Joaquim Chissano a ler o comunicado final

correcções até que encontremos o caminho cada vez melhor para que, cada vez melhor, possamos resolver os problemas do nosso Povo.

O ESTADO E AS IMPORTAÇÕES

No que diz respeito a essas decisões, houve comentários interrogando-se se elas não iriam de encontro às nacionalizações. Não. Desde 1976 que nós, ao nacionalizarmos o comércio externo, passámos a importar através do Estado cinco produtos essenciais para o abastecimento da nossa população. À medida que fomos tendo mais experiência e a dominar a estrutura do comércio, fomos aumentando o número desses produtos. Chegou uma altura em que o Estado passou a importar praticamente tudo. Este facto não coincide com o acumular suficiente de experiências para essa acção. Quer dizer, o Estado passou a meter-se em coisas em que se não deve meter — começou a importar agulha, linha, lã, sapatos, produtos cuja importação não deve constituir preocupação para as estruturas de comércio centrais dos nossos países. É neste quadro que o Governo tomou a decisão de permitir aos comerciantes privados a importação de algumas mercadorias. O Governo reserva-se, portanto, ao direito de importar algumas mercadorias que considere como essenciais. Tudo o resto seria importado pelos comerciantes privados que beneficiariam de um «plafond», em função das disponibilidades do país. Claro está que o Governo irá exercer um controlo sobre os comerciantes privados para evitar que, como acontecia

no passado, se pudesse sugar o país.

Outro aspecto da sua pergunta...

P — Falava em aspectos genéricos estruturais dos sectores da agricultura, pecuária, pesca artesanal...

R — No que diz respeito à agricultura, sabe certamente que as roças foram nacionalizadas em 30 de Setembro de 1975. Nacionalizámos todas as roças dos colonos. O que representavam as roças em São Tomé e Príncipe? As roças, em São Tomé e Príncipe, foram o símbolo da despersonalização e humilhação total do nosso Povo, da sua exploração durante 500 anos. Ora, não era concebível uma independência sem a nacionalização das roças, parte integrante da reconquista da dignidade do Povo de São Tomé e Príncipe. Ao procedermos à nacionalização das roças, que constatámos? Que os colonos, durante todo esse tempo e em termos de investimentos nada fizeram. Ainda hoje, se for lá, pode ver maquinaria que foi comprada em mil oitocentos e tal... Pode imaginar, portanto, a situação das nossas empresas agro-pecuárias a produzir para um mundo moderno para um mercado internacional, com índices de produtividade obviamente baixos e a resultante baixa de capacidade competitiva. Após as nacionalizações, desencadeámos algumas acções de reorientação e reorganização, mas que não são suficientes para dar um impulso grande à produção. Para além disto, e é bom frisá-lo, São Tomé e Príncipe é um país que depende quase que exclusivamente da exportação de um só produto — o cacau. Quando digo

que depende de um produto quero dizer que o cacau ocupa 90 por cento de todas as nossas exportações e receitas em divisas. As empresas agro-pecuárias que hoje existem e são resultantes das nacionalizações das roças vivem numa situação altamente deficitária. Por não haver capacidade de investimento, a produção baixou. Além disso, os preços do cacau a nível internacional são instáveis... sabe certamente qual tem sido a sua evolução no mercado mundial. Gostaria de dizer-lhe que, com a baixa de preços de 1979 para 1980, nós perdemos mais de 40 por cento das receitas em divisas provenientes da exportação desse cacau.

Estas empresas têm, como dizia há pouco, trabalhado de forma deficitária e com, inclusive, dificuldade em pagar salários, com grandes dificuldades de se levarem a cabo realizações de carácter social; os salários têm sido pagos com recorrência ao endividamento ao banco. Empresas nestas condições não podem sobreviver muito tempo. Por conseguinte, o Comité Central do MLSTP analisou a situação e orientou no sentido de que mobilizássemos recursos externos que complementassem os nossos recursos internos. É o que estamos a fazer no quadro da cooperação com a França que vai desenvolver acções connosco para a recuperação, revitalização de algumas empresas, com o financiamento para que se adquiram alguns materiais, equipamentos, técnicos. A nossa forma de pagamento à firma que vai cooperar connosco será na base de cinco por cento das receitas dessas empresas então recuperadas.

Temos igualmente cooperação com o Banco Mundial, com o BAD e com todos os outros parceiros que nos apresentem condições vantajosas. No nosso país, o nosso lema é o seguinte: sempre que nos sejam apresentadas propostas que correspondam aos interesses nacionais, que aumentem o nível de vida do nosso Povo, então não temos quaisquer problemas em aceitá-los.

Outro aspecto que também sai das decisões do Conselho de Ministros, é o que diz respeito à distribuição de terras. Nós não ire-

mos distribuir terras no sentido de desagregar as empresas que existem. Temos terras no interior de empresas, por outro lado, que não estão devidamente aproveitadas e nós devemos fazer todos os esforços para que essas terras passem a servir as necessidades da nossa população de, a curto e a longo prazos, resolverem a situação alimentar do nosso Povo no sentido da auto-suficiência alimentar. Esta não será possível sem a mobilização dos privados nacionais. O problema não se coloca em questões de destruir mas aproveitar e maximizar o que nós chamamos de lavras. O que interessa agora é dar um título de proprie-



«Estou seguro», disse à informação moçambicana o ilustre visitante sobre as possibilidades reais de cooperação entre os «cinco» países africanos de língua oficial portuguesa

dade a quem já utiliza as terras, nada mais. As pessoas já estão lá, já lá trabalham.

P — Senhor Presidente, referiu-se há pouco a quebras de produção e consequentemente a quebras nas fontes de captação de fontes de divisas. Ora, São Tomé aderiu à anterior Convenção de Lomé II, que tem um mecanismo de estabilidade de receitas de exportação denominado STABEX. O STABEX funcionou no caso que mencionou?

R — Sim, beneficiámos em 1983 do STABEX. Mas, acontece o seguinte — só beneficia do STABEX o país que exporta para os países da comunidade. Ora, nem todo o nosso cacau passa pelos países da Comunidade Económica Europeia, bastando dizer que somente agora Portugal aderiu à CEE, país

que, dados os laços que nos ligavam a ele como antiga potência colonizadora, absorvia directa ou indirectamente uma boa parte do nosso cacau. Ora, esta produção não era contabilizada a nível da CEE, para efeitos da concessão do STABEX. Nós já beneficiámos do STABEX embora ele nunca cubra as necessidades reais de um país que perde receitas de exportação, compensa minimamente, particularmente em casos de países como o nosso — que são raros no mundo, que dependem de um único produto de exportação.

P — Em função da diversidade geográfica dos «cinco» e dos seus circuitos tradicionais de comércio e serviços, considera possível um alargamento significativo da cooperação económica entre eles? E em que domínios?

R — Creio que sim. Repare que há toda uma teoria que se teceu em torno dos nossos países e que aponta para as dificuldades de se fazer cooperação entre países africanos com economias concorrentes e não complementares. É quase como dizer que os nossos países estão condenados a não transformarem as suas economias e que eu continue sempre a produzir cacau, copra e coconote, igual a outros países que produzem a mesma coisa. Eu estive, por exemplo, em Angola que tem petróleo, cimento, salinas, fábricas de cerveja. Aqui em Moçambique pude ver fábricas têxteis. Há nos nossos países condições que podem permitir possibilidades reais de cooperação. No momento em que Angola e Moçambique conquistarem a paz, porque são os dois maiores, estamos absolutamente convencidos que entre os «cinco» estaremos em condições de quebrar esse mito de que entre países do sul não se pode realizar cooperação.

Nós poderíamos, efectivamente, através da intensificação da cooperação entre os nossos cinco países estabelecer uma interdependência entre as nossas economias e mostrar, portanto, como podemos contribuir para a consolidação das nossas independências. E quando digo «eu creio», não gosto muito desta expressão de conotação religiosa. Prefiro dizer-lhe: ESTOU SEGURO. □